

A influência do estatuto social dos arguidos, dos autos dos crimes e do nível de especialização em Direito sobre o julgamento jurídico: O caso dos maus tratos a menores

ANA CRISTINA MARTINS (*)

Vários estudos têm evidenciado a existência de enviesamentos na tomada de decisão jurídica (e.g., Gerbasi, Zuckerman & Reis, 1977; Macrae & Shepherd, 1989; Sousa, Mateus & Lopes, 1993).

Paralelamente, as investigações sobre o desempenho de especialistas e não especialistas em determinados domínios têm concluído acerca da sua semelhança no caso dos domínios sociais, como o é o Direito, contrariamente ao que tem sido encontrado para os domínios estruturados. A corroborá-los temos, de entre outros, os estudos de Sousa (1992) e de Sousa, Martins e Fonseca (1993) sobre o desempenho de leigos e de especialistas jurídicos no julgamento de situações de maus tratos a menores que variaram quanto ao estatuto social da arguida e quanto à explicitação da sua premeditação e intenção dolosa.

Sabendo-se que (1) algumas descrições dos

crimes aludem à desfavorabilidade da personalidade dos arguidos como se de um facto se tratasse, a par de outros como sejam o local e as consequências e que (2) uma etapa importante do julgamento são as questões formuladas pelos juízes aos próprios arguidos e às testemunhas, o presente estudo pretende seguir a linha dos anteriores mas comparando leigos, iniciados e especialistas em Direito no julgamento de casos de maus tratos a menores cujos relatos variem, não só quanto ao estatuto social da arguida, uma vez que se trata de uma variável importante neste tipo de crimes por comumente eles serem considerados característicos das classes socialmente mais desfavorecidas (e.g., Lenoir-Demougois, 1981; Vesterdal, 1981), como, também, quanto à alusão à desfavorabilidade da sua personalidade.

Em termos das variáveis dependentes pretendem estudar-se, para além daquelas que foram abordadas pelas referidas autoras, as teorias implícitas que os sujeitos possuem acerca dos maus tratos a menores e as estratégias de teste de hipóteses (e.g., Devine, Hirt & Gehrke, 1990; Snyder & Swann, 1978; Trope & Bassok, 1982)

(*) Assistente, ISPA. Membro da Unidade de Investigação em Psicologia Social, ISPA.

por si adoptadas aquando da procura de informação acerca da premeditação e da intenção.

1. O DESEMPENHO DE ESPECIALISTAS, INICIADOS E LEIGOS

A relação entre a especialização em determinado domínio e o desempenho dos respectivos especialistas tem sido alvo de atenção por parte de alguns investigadores (para uma revisão ver, e.g., Ericsson & Smith, 1991).

Uma dificuldade surge, logo, ao pretender-se a operacionalização do termo «especialista», dado que este conhece várias definições, tal como nos faz notar Shanteau (1992). Uma vez que, no presente estudo, o grau de especialização dos sujeitos em Direito é operacionalizado de acordo com o seu nível académico, adoptam-se, aqui, as definições propostas por Patel e Groen (1991), autores que, nos seus trabalhos sobre a especialização e o desempenho no âmbito da medicina utilizaram, igualmente, uma amostra constituída por estudantes. Assim, segundo os mesmos, é possível a seguinte hierarquização:

Leigo: Indivíduo cujo conhecimento acerca do domínio é, somente, de senso-comum.

Iniciado: Indivíduo que tem o conhecimento prévio requerido pelo domínio.

Novato: Leigo ou iniciado.

Os autores propõem esta distinção entre leigos e iniciados enquanto novatos porque, segundo os mesmos, muitos domínios técnicos requerem conhecimento prévio para que seja possível a compreensão de aspectos mínimos. Por exemplo, em xadrez um iniciado é alguém que conhece as regras e leigo aquele que não tem conhecimento delas.

Intermédio: Indivíduo que está acima do iniciado mas abaixo do sub-especialista.

Sub-especialista: Indivíduo com conhecimento genérico acerca do domínio mas sem conhecimento especializado adequado.

Especialista: Indivíduo com conhecimento especializado no domínio.

Uma das abordagens da questão da especialização enquanto determinante do desempenho tem sido a comparação de especialistas e não especialistas em determinadas áreas. Estas têm

sido divididas, segundo alguns autores, em domínios estruturados e domínios sociais, consoante a sua estruturação e a formalização das suas regras (e.g., Dawson, Zeitz & Wright, 1989).

Os estudos que adoptam este procedimento apresentam, contudo, resultados divergentes. Assim, enquanto que aqueles que versam sobre os domínios estruturados revelam um desempenho superior por parte dos especialistas relativamente a sujeitos com níveis de especialização inferiores, os que se debruçam sobre domínios sociais encontram um desempenho semelhante entre eles, como é o caso do Direito (Figura 1).

A tónica passou, então, a ser colocada, também, nas possíveis causas desta discrepância entre o desempenho de especialistas e de não especialistas em domínios estruturados e em domínios sociais.

Alguns investigadores têm explicado esta diferença com base nas tarefas e estímulos utilizados nos estudos sobre os domínios estruturados, os quais seriam facilitadores da superioridade do desempenho dos especialistas nas situações analisadas (ver, e.g., Dawson, Zeitz & Wright, 1989).

Tal como relata Shanteau (1992), de acordo com a Teoria da Competência Especializada, as competências e capacidades dos especialistas dependem de cinco factores: (1) domínio do conhecimento, (2) traços psicológicos, como sejam a autoconfiança, a capacidade de adaptação a novas situações, o sentido de responsabilidade, (3) competências cognitivas, das quais são exemplo a atenção, a identificação de excepções às regras, a capacidade de trabalho sob stress, (4) estratégias de decisão, por exemplo, a decomposição de problemas complexos e (5) características da tarefa. Partilhando a posição daqueles que as consideram determinantes do desempenho, o autor apresenta um sumário das características da tarefa que, segundo outros, seriam responsáveis pelo nível de desempenho dos especialistas. Assim, as características

- estímulo dinâmico
- decisões acerca do comportamento
- desacordo dos especialistas acerca do estímulo
- problemas menos predizíveis
- menos erros esperados

FIGURA 1

Resumo de estudos comparativos do desempenho de especialistas e não especialistas

- tarefas únicas, não repetitivas
- «feedback» não disponível
- análise subjectiva
- problema não passível de decomposição
- raros auxiliares para a decisão

levariam a um desempenho pobre, sendo as simétricas facilitadoras de um bom desempenho.

2. O DESEMPENHO DE ESPECIALISTAS,
INICIADOS E LEIGOS EM DIREITO

O trabalho de Sousa (1992) constitui uma das investigações iniciais sobre as diferenças e semelhanças entre leigos e especialistas em Direito. Num primeiro estudo, a autora apresentou a síntese de um caso fictício de maus tratos físicos in-

fligidos a um menor, por sua mãe, a dois grupos de sujeitos, um constituído por 16 juizes e outro integrando 16 leigos em Direito. Esta síntese variou quanto ao estatuto social da arguida (elevado/baixo). Os sujeitos foram questionados relativamente à sua descrição da arguida, ao seu julgamento em termos da intenção, premeditação, gravidade do acto, culpa, quadro penal e pena a atribuir e, ainda, quanto à confiança depositada no seu próprio veredicto.

Os resultados por si obtidos apontam no sentido da semelhança entre especialistas e leigos em termos de todas estas medidas, à excepção da intenção, a qual foi avaliada de forma mais severa pelos primeiros. Também não foram encontradas diferenças significativas em termos do estatuto social da arguida.

Sousa, Martins e Fonseca (1993) chegaram a conclusões algo diferentes num estudo semelhante por si realizado em que, para além do estatuto social da arguida, fizeram variar a intenção e premeditação por si manifestadas. De facto, foi encontrada uma semelhança de julgamentos entre os dois grupos de sujeitos. Contudo, ambos, apesar de terem atribuído mais culpa à arguida de estatuto social superior, revelaram um maior extremismo dos seus julgamentos em termos da moldura penal utilizada e da pena atribuída no caso da arguida de estatuto social inferior. Mais uma vez, os especialistas atribuíram uma maior intenção criminosa à arguida e manifestaram, ainda, uma maior confiança no veredicto exposto.

3. HIPÓTESES

De acordo com os estudos que compararam especialistas e não especialistas em domínios sociais formularam-se as seguintes hipóteses.

Hipótese 1

Encontrar-se-ão semelhanças entre leigos, iniciados e especialistas em Direito em termos de:

- 1.1. Teorias implícitas acerca de um menor maltratado por sua mãe
- 1.2. Teorias implícitas acerca de uma mãe maltratante
- 1.3. Teorias implícitas acerca das causas de

uma situação de maus tratos a um menor por parte de sua mãe

- 1.4. Percepção da frequência de casos similares na comunidade
- 1.5. Impressão formada acerca da arguida
- 1.6. Percepção da gravidade do crime
- 1.7. Atribuição de premeditação
- 1.8. Atribuição de responsabilidade
- 1.9. Estratégias de teste de hipóteses acerca da premeditação
- 1.10. Estratégias de teste de hipóteses acerca da intenção
- 1.11. Sentença proferida
- 1.12. Escolha do quadro penal
- 1.13. Pena proferida

Tendo em conta os estudos de Sousa (1992) e de Sousa, Martins e Fonseca (1993), prevê-se que:

Hipótese 2: Os especialistas inferirão uma maior intenção do que os leigos.

Hipótese 3: Os especialistas manifestarão uma maior confiança no seu veredicto do que os leigos.

Hipótese 4: A arguida de estatuto social superior será considerada mais culpada.

Hipótese 5: Será escolhido o quadro penal mais penalizante no julgamento da arguida de estatuto social inferior.

Hipótese 6: Será atribuída uma pena mais penalizante à arguida de estatuto social inferior.

4. MÉTODO

4.1. *Sujeitos*

No presente estudo participaram 169 sujeitos, cuja média etária era de 26 anos (idade mínima de 14 anos e máxima de 52 anos), sendo 107 do sexo feminino e 59 do sexo masculino (3 dos 169 sujeitos não se identificaram quanto ao seu género sexual).

Estes sujeitos foram seleccionados de acordo com os seus conhecimentos no âmbito do Direito, tendo sido constituídos três grupos, os quais se passam a caracterizar.

O primeiro deles (Leigos) é constituído por 76 estudantes do 1.º ano de Administração de Marketing e do 1.º ano de Psicologia. O segundo

grupo (Iniciados) integra 49 alunos do 1.º ano de Direito. O terceiro e último grupo (Especialistas) engloba estudantes de magistratura, delegados do Procurador da República, magistrados do Ministério Público, advogados e juristas de empresa, num total de 44 sujeitos.

4.2. *Instrumento*

Foi construído um questionário cuja estrutura tenta simular, simplificada, um julgamento.

Assim, numa primeira questão, foi pedido aos sujeitos que imaginassem uma criança maltratada, fisicamente, pela mãe e que as descrevessem, posteriormente, da forma mais completa possível, assim como as causas que considerassem estar subjacentes ao acto.

Seguidamente, cada sujeito foi confrontado com a síntese de um caso de maus tratos físicos infligidos a um menor pela mãe.¹ A sua descrição, ainda que simplificada para passível de interpretação por parte dos leigos e dos iniciados em Direito, pretendia assemelhar-se, o mais possível, às descrições constituintes dos processos jurídicos.

Esta descrição conhece quatro versões diferentes, uma vez que se fez variar o estatuto social da arguida (elevado/baixo) e a alusão à sua personalidade desfavorável (alusão/não alusão).

Após a sua leitura, e numa segunda questão aberta, os sujeitos deviam descrever a impressão formada a respeito da arguida.

Posteriormente à avaliação da gravidade do acto, assinalada numa escala tipo Likert de 5 pontos (Nada grave/Muito grave), os sujeitos procederam ao julgamento do caso. Para tal, foi-lhes pedido que se colocassem no papel de juízes e que assinalassem, numa escala de formato idêntico, a sua avaliação da premeditação e da intenção com que a arguida teria agido. Antes, porém, os sujeitos deviam formular as questões que colocariam à arguida por forma a obterem informação para a avaliação solicitada. Em seguida, avaliaram, ainda, igualmente numa escala tipo Likert de 5 pontos, em que medida consideravam que a arguida era responsável pelo acto.

¹ Trata-se de um caso fictício. Qualquer semelhança com alguma situação real é meramente casual.

Posteriormente, foi solicitado aos sujeitos que proferissem a sentença (culpada ou inocente), bem como a pena a atribuir e o quadro penal a utilizar, para o que dispunham dos artigos 153.º e 154.º do Código Penal, os quais versam sobre esta situação, sendo o segundo aplicável a ofensas corporais graves e abrindo a possibilidade de mais um ano de prisão.

Finalmente, os sujeitos responderam sobre a sua confiança no veredicto e a sua percepção da ocorrência na comunidade do tipo de caso que lhe havia sido apresentado, com base numa escala tipo Likert de cinco pontos.

4.3. *Procedimento*

4.3.1. Administração do Questionário

Relativamente ao Grupo dos Leigos e ao Grupo dos Iniciados, o questionário foi administrado nas respectivas salas de aula. Após uma breve introdução, em que foi dito tratar-se de um estudo sobre a problemática dos maus tratos a menores, foi pedida a colaboração dos presentes. As quatro versões do questionário foram, então, distribuídas equitativa e aleatoriamente.

Cada sessão teve a duração média de uma hora, no final da qual se descreveu o estudo com maior pormenor, sempre que solicitado pelos participantes.

Procedeu-se de forma idêntica junto dos estudantes de magistratura. Aos restantes constituintes do Grupo dos Especialistas enviaram-se os questionários por correio, acompanhados de uma carta solicitando a sua colaboração.

4.3.2. Análise de Conteúdo

As questões abertas foram submetidas a uma análise de conteúdo com base nos procedimentos descritos por Rosenberg e Sedlak (1972).

Este processo de categorização foi efectuado por um júri integrando dois elementos, tendo-se atingido 100% de acordo.

4.3.2.1. As Teorias Implícitas acerca dos Menores Maltratados

A análise de conteúdo das descrições que os sujeitos fizeram de uma criança maltratada fisi-

camente, por sua mãe deu origem às seguintes quatro categorias:

1. Características favoráveis (por exemplo, meiga).
2. Características desfavoráveis (agressiva, mal comportada).
3. Características reveladoras de perturbação (medo de crescer).
4. Características inconsistentes (bem/mal comportada).

4.3.2.2. As Teorias Implícitas acerca de uma Mãe Maltratante

O sistema de classificação das características associadas, pelos sujeitos, a uma mãe maltratante integra 5 categorias:

1. Características favoráveis (por exemplo, carinhosa).
2. Características desfavoráveis (agressiva).
3. Características e estados perturbadores do equilíbrio (frustrada, com carências económicas).
4. Características gerais (educação, valores).
5. Atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s) (não desejou a criança, não compreende as crianças).

4.3.2.3. As Teorias Implícitas acerca dos Factores Etiológicos

A análise de conteúdo das causas citadas pelos sujeitos como sendo responsáveis pelas situações de maus tratos a menores por parte das suas mães revelou os seguintes factores:

1. Características da mãe desfavoráveis.
2. Características e estados perturbadores do equilíbrio da mãe.
3. Características gerais da mãe.
4. Atitudes desfavoráveis da mãe em relação à(s) criança(s).
5. Características da criança desfavoráveis (por exemplo, irrequieta).
6. Factores interactivos mãe-criança desfavoráveis (incompatibilidade de feitios).

4.3.2.4. A Impressão Formada acerca da Arguida

As categorias construídas a partir da análise de conteúdo das descrições da arguida corres-

pondem às apresentadas relativamente às teorias implícitas acerca de uma mãe maltratante.

4.3.2.5. As Questões Formuladas para Teste da Premeditação e da Intenção

As questões formuladas pelos sujeitos para averiguarem da premeditação e da intenção da arguida em maltratar a criança foram categorizadas com base num sistema que assenta nas categorias utilizadas pelos autores que têm desenvolvido investigação no âmbito do «Teste de Hipóteses» (e.g., Devine, Hirt & Gehrke, 1990; Snyder & Swann, 1978; Trope & Bassok, 1982).

De referir que, no que concerne ao teste de hipóteses acerca da premeditação, apenas foram encontradas as cinco primeiras categorias das que a seguir se enumeram.

1. Questões confirmatórias (Por exemplo, «Antes de sair de casa pensava, já, na agressão e apenas teve de forjar um plano?», «Representou a ofensa à integridade física de B como consequência da sua conduta?»).
2. Questões infirmativas («Irritou-se com alguém ou com alguma coisa?»).
3. Questões bidireccionais ou de igual oportunidade («Tinha alguma intenção em provocar tal situação ou foi apenas o descontrolo emocional do momento?»).
4. Questões abertas («Porque é que fez isto?»).
5. Questões irrelevantes («O que foi fazer à rua?»).
6. Questões enviesadas sobre a premeditação («Porque é que premeditou fazer mal à criança?»).
7. Questões enviesadas sobre a não premeditação («Quais os problemas que tem ou que lhe surgiram na altura para descarregar as suas energias na criança?»).

5. RESULTADOS

5.1. As Teorias Implícitas acerca dos Maus Tratos a Menores

5.1.1. As Teorias Implícitas acerca de um Menor Maltratado

Num primeiro momento analisaram-se, a tí-

tulo exploratório e com base no teste t de Student para amostras emparelhadas, as categorias significativamente mais mencionadas pelos sujeitos ao descreverem um menor maltratado por sua mãe. Os resultados obtidos encontram-se sintetizados nas Tabelas 1 e 2.

TABELA 1

Médias e desvios-padrão das categorias relativas às teorias implícitas sobre um menor maltratado

	Média	d.p.
CATEGORIA 1	.22	.60
CATEGORIA 2	1.54	1.62
CATEGORIA 3	3.84	2.38
CATEGORIA 4	.09	.42

Categoria 1=características favoráveis
 Categoria 2=características desfavoráveis
 Categoria 3=características reveladoras de perturbação
 Categoria 4=características inconsistentes

TABELA 2

Teste t de Student para as categorias das teorias implícitas sobre um menor maltratado

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3	CATEG 4
CATEGORIA 1				
CATEGORIA 2	t=10.42 p=.00			
CATEGORIA 3	t=18.15 p=.00	t=9.85 p=.00		
CATEGORIA 4	t=2.30 p=.02	t=11.06 p=.00	t=20.30 p=.00	

Categoria 1=características favoráveis
 Categoria 2=características desfavoráveis
 Categoria 3=características reveladoras de perturbação
 Categoria 4=características inconsistentes

Com base neste critério, verifica-se ser possível hierarquizar estas categorias do seguinte modo: (1) categoria 3, respeitante às características reveladoras de perturbação (M=3.84, d.p.=2.38), (2) categoria 2, ou seja, características desfavoráveis (M=1.54, d.p.=1.62), (3) categoria

1, relativa às características favoráveis (M=.22, d.p.=.60), (4) categoria 4, concernente a características inconsistentes (M=.09, d.p.=.42).

A análise de variância seguidamente efectuada não revelou quaisquer diferenças significativas entre os três níveis de especialização quanto às suas teorias implícitas acerca de um menor maltratado (Tabela 3), o que corrobora a hipótese 1.1.

TABELA 3

Análise de variância das teorias implícitas sobre um menor maltratado segundo o nível de especialização

	F(2,166)	p
CATEGORIA 1	2.14	.12
CATEGORIA 2	2.69	.07
CATEGORIA 3	.46	.63
CATEGORIA 4	.16	.85

Categoria 1=características favoráveis
 Categoria 2=características desfavoráveis
 Categoria 3=características reveladoras de perturbação
 Categoria 4=características inconsistentes

5.1.2. As Teorias Implícitas acerca de uma Mãe Maltratante

Realizou-se o teste t de Student para as cinco categorias referentes às teorias implícitas acerca de uma mãe maltratante, a fim de explorar aquelas que apresentavam uma média de referência significativamente superior (Tabelas 4 e 5).

TABELA 4

Médias e desvios-padrão das categorias relativas às teorias implícitas sobre uma mãe maltratante

	Média	d.p.
CATEGORIA 1	.12	.41
CATEGORIA 2	2.49	1.72
CATEGORIA 3	2.09	1.80
CATEGORIA 4	.20	.43
CATEGORIA 5	.19	.44

Categoria 1=características favoráveis
 Categoria 2=características desfavoráveis
 Categoria 3=características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4=características gerais
 Categoria 5=atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

TABELA 5
Teste t de Student para as categorias das teorias implícitas sobre uma mãe maltratante

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3	CATEG 4	CATEG 5
CATEGORIA 1					
CATEGORIA 2	t=17.14 p=.00				
CATEGORIA 3	t=13.90 p=.00	t=1.87 p=.06			
CATEGORIA 4	t=1.57 p=.12	t=16.68 p=.00	t=13.94 p=.00		
CATEGORIA 5	t=1.33 p=.19	t=16.42 p=.00	t=13.26 p=.00	t=.25 p=.80	

Categoria 1=características favoráveis
 Categoria 2=características desfavoráveis
 Categoria 3=características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4=características gerais
 Categoria 5=atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

Verifica-se que as categorias significativamente mais mencionadas são a 2 (características desfavoráveis), com uma média de 2.49 (d.p.=1.72) e a 3 (características e estados perturbadores do equilíbrio), com uma média de 2.09 (d.p.=1.80). Seguem-se-lhes a categoria 1 (características favoráveis: M=.12, d.p.=.41), a categoria 4 (características gerais: M=.20, d.p.=.43) e a categoria 5 (atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s): M=.19, d.p.=.44).

Para teste da hipótese 1.2 utilizou-se a análise de variância, tendo-se tomado como factor o nível de especialização dos sujeitos e como variáveis dependentes as categorias referidas (Tabela 6).

A leitura da Tabela 6 evidencia a existência de algumas diferenças significativas ao nível das teorias implícitas acerca de uma mãe maltratante possuídas por leigos, iniciados e especialistas em Direito. O teste de Scheffé realizado a *post hoc* permitiu identificar entre que grupos se verificavam estas diferenças. Assim, por um lado, os leigos referiram mais vezes características desfavoráveis do que os iniciados (F(2,166)=4.63, p=.01; M=2.92, d.p.=1.56 vs M=2.10, d.p.=1.62, respectivamente). Por outro lado, os

TABELA 6
Análise de variância das teorias implícitas sobre uma mãe maltratante segundo o nível de especialização

	F(2,166)	p
CATEGORIA 1	.55	.58
CATEGORIA 2	4.63	.01
CATEGORIA 3	6.40	.00
CATEGORIA 4	.71	.49
CATEGORIA 5	.57	.57

Categoria 1=características favoráveis
 Categoria 2=características desfavoráveis
 Categoria 3=características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4=características gerais
 Categoria 5=atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

especialistas referiram mais vezes características e estados perturbadores do equilíbrio de uma mãe maltratante do que os leigos (F(2,166)=6.40, p=.00; M=2.86, d.p.=2.27 vs M=1.68, d.p.=1.43). Tais resultados apenas sustentam parcialmente a hipótese 1.2, a qual previa semelhanças entre os três níveis de especialização quanto às suas teorias implícitas sobre uma mãe maltratante.

5.1.3. As Teorias Implícitas acerca dos Factores Etiológicos

Para a análise das causas apontadas pelos sujeitos como explicativas de uma situação de maus tratos a um menor por sua mãe, procedeu-se, estatisticamente, de modo semelhante ao anterior.

Constatou-se que a categoria 2 (características e estados perturbadores do equilíbrio da mãe) foi a significativamente mais referida pelos sujeitos ($M=2.25$, $d.p.=1.70$), sendo que todas as restantes apresentam uma média de referência baixa (Tabela 7). Contudo, ela não foi igualmente mencionada pelos três grupos ($F(2,166)=5.03$, $p=.01$), tendo os especialistas apresentado uma média de referência significativamente superior

TABELA 7
Médias e desvios-padrão das teorias implícitas acerca dos factores etiológicos

	Média	d.p.
CATEGORIA 1	.31	.73
CATEGORIA 2	2.25	1.70
CATEGORIA 3	.24	.47
CATEGORIA 4	.21	.56
CATEGORIA 5	.11	.41
CATEGORIA 6	.06	.30

Categoria 1=características da mãe desfavoráveis
 Categoria 2=características e estados perturbadores do equilíbrio da mãe
 Categoria 3=características gerais da mãe
 Categoria 4=atitudes desfavoráveis da mãe em relação à(s) criança(s)
 Categoria 5=características da criança desfavoráveis
 Categoria 6=factores interactivos mãe-criança desfavoráveis

TABELA 9
Análise de variância das teorias implícitas acerca dos factores etiológicos segundo o nível de especialização

	F(2,166)	p
CATEGORIA 1	.80	.45
CATEGORIA 2	5.03	.01
CATEGORIA 3	.45	.64
CATEGORIA 4	.94	.39
CATEGORIA 5	2.34	.10
CATEGORIA 6	.47	.63

Categoria 1=características da mãe desfavoráveis
 Categoria 2=características e estados perturbadores do equilíbrio da mãe
 Categoria 3=características gerais da mãe
 Categoria 4=atitudes desfavoráveis da mãe em relação à(s) criança(s)
 Categoria 5=características da criança desfavoráveis
 Categoria 6=factores interactivos mãe-criança desfavoráveis

TABELA 8
Teste t de Student para as teorias implícitas acerca dos factores etiológicos

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3	CATEG 4	CATEG 5	CATEG 6
CATEGORIA 1						
CATEGORIA 2	t=13.40 p=.00					
CATEGORIA 3	t=1.07 p=.29	t=15.07 p=.00				
CATEGORIA 4	t=1.44 p=.15	t=14.30 p=.00	t=.50 p=.62			
CATEGORIA 5	t=3.05 p=.00	t=15.08 p=.00	t=2.53 p=.01	t=1.84 p=.07		
CATEGORIA 6	t=4.20 p=.00	t=16.15 p=.00	t=4.23 p=.00	t=3.14 p=.00	t=1.32 p=.19	

Categoria 1=características da mãe desfavoráveis
 Categoria 2=características e estados perturbadores do equilíbrio da mãe
 Categoria 3=características gerais da mãe
 Categoria 4=atitudes desfavoráveis da mãe em relação à(s) criança(s)
 Categoria 5=características da criança desfavoráveis
 Categoria 6=factores interactivos mãe-criança desfavoráveis

à dos leigos ($M=2.73$, $d.p.=1.86$ vs $M=1.82$, $d.p.=1.36$, respectivamente). Assim, tal como a hipótese 1.2, também a hipótese 1.3 foi confirmada apenas parcialmente.

5.1.4. A Percepção da Frequência dos Maus Tratos a Menores

Para teste da hipótese 1.4, efectuou-se uma análise de variância. Verificou-se um efeito principal, tanto do nível de especialização ($F(2,154)=3.14$, $p=.05$), como do caso descrito ($F(3,154)=2.92$, $p=.04$) sobre a percepção da sua ocorrência na comunidade. O teste de Scheffé apenas confirmou o primeiro destes: os especialistas consideraram tratar-se de um caso menos frequente que os iniciados ($M=3.77$, $d.p.=1.41$ para $M=4.43$, $d.p.=1.31$), resultado que infirmou, em parte, a hipótese sob análise.

Não se encontraram efeitos de interacção significativos ($F(6,154)=.44$, $p=.85$).

5.2. A impressão formada acerca da arguida

O teste t de Student efectuado para amostras emparelhadas, cujos resultados se encontram sintetizados nas Tabelas 10 e 11, permitiu hierarquizar as características relativas à impressão formada acerca da arguida. Assim, por ordem decrescente de média de referência, temos (1) características e estados perturbadores do equilíbrio da arguida (categoria 3: $M=1.62$, $d.p.=1.82$), (2) características da arguida desfavoráveis (ca-

TABELA 10
Médias e desvios-padrão das categorias relativas à impressão formada acerca da arguida

	Média	d.p.
CATEGORIA 1	.05	.24
CATEGORIA 2	1.14	1.39
CATEGORIA 3	1.62	1.82
CATEGORIA 4	.22	.48
CATEGORIA 5	.36	.67

Categoria 1=características favoráveis
 Categoria 2=características desfavoráveis
 Categoria 3=características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4=características gerais
 Categoria 5=atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

TABELA 11
Teste t de Student para as categorias da impressão formada acerca da arguida

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3	CATEG 4	CATEG 5
CATEGORIA 1					
CATEGORIA 2	t=10.12 p=.00				
CATEGORIA 3	t=11.15 p=.00	t=2.98 p=.00			
CATEGORIA 4	t=4.09 p=.00	t=8.51 p=.00	t=10.22 p=.00		
CATEGORIA 5	t=5.87 p=.00	t=7.17 p=.00	t=9.36 p=.00	t=2.34 p=.02	

Categoria 1=características favoráveis
 Categoria 2=características desfavoráveis
 Categoria 3=características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4=características gerais
 Categoria 5=atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

tegoria 2: $M=1.14$, $d.p.=1.39$), (3) atitudes desfavoráveis da arguida em relação à(s) criança(s) (categoria 5: $M=.36$, $d.p.=.67$), (4) características gerais da arguida (categoria 4: $M=.22$, $d.p.=.48$) e (5) características da arguida favoráveis (categoria 1: $M=.05$, $d.p.=.24$).

Efectuou-se uma série de análises de variância tomando-se como factores o nível de especialização dos sujeitos e o tipo de caso apresentado e como variáveis dependentes as categorias referentes à impressão formada acerca da arguida (Tabela 12).

Os resultados apenas evidenciaram um efeito principal significativo do caso relatado sobre a referência a características favoráveis e neutras da arguida ($F(3,157)=4.36$, $p=.01$) e do nível de especialização dos sujeitos sobre a referência a características e estados perturbadores do equilíbrio da mesma ($F(2,157)=6.40$, $p=.00$).

O teste de Scheffé realizado posteriormente não confirmou, porém, o primeiro efeito principal referido, para um nível de significância de .05. Quanto ao segundo, verificou-se ser o grupo dos especialistas que difere significativamente do grupo dos leigos, tendo aqueles referido um maior número de características e estados perturbadores do equilíbrio da arguida ($M=2.23$, $d.p.=2.13$) do que estes últimos ($M=1.11$, $d.p.=1.48$). Estes resultados sustentam, parcialmente, a hipótese 1.5.

TABELA 12
Análise de variância da impressão formada acerca da arguida segundo o nível de especialização X e a descrição do caso

		F	p
CATEGORIA 1	Grupo	1.68	.19
	Caso	4.36	.01
	Interação	1.11	.36
CATEGORIA 2	Grupo	.84	.43
	Caso	1.31	.28
	Interação	.29	.94
CATEGORIA 3	Grupo	6.40	.00
	Caso	.86	.47
	Interação	1.35	.24
CATEGORIA 4	Grupo	1.05	.35
	Caso	1.01	.39
	Interação	1.66	.13
CATEGORIA 5	Grupo	.14	.87
	Caso	.20	.90
	Interação	.38	.89

Categoria 1 = características favoráveis
 Categoria 2 = características desfavoráveis
 Categoria 3 = características e estados perturbadores do equilíbrio
 Categoria 4 = características gerais
 Categoria 5 = atitudes desfavoráveis em relação à(s) criança(s)

5.3. A avaliação da gravidade, premeditação, intenção e responsabilidade

Para o teste das hipóteses 1.6, 1.7, 1.8 e 2, bem como para a análise de eventuais efeitos de interação não previstos, foram efectuadas quatro análises de variância, tendo-se tomado como variáveis dependentes as avaliações que os sujeitos fizeram em termos de gravidade, premeditação, intenção e responsabilidade e como factores o grupo e a versão do caso.

Os resultados obtidos encontram-se sumarizados na Tabela 13.

Apenas se verificou um efeito principal do grupo sobre a avaliação da premeditação ($F(2,159)=7.84$, $p=.10$), resultados que contrariam as hipóteses 1.7 e 2 e que sustentam a hipótese 1.6 e a hipótese 1.8. Com base no teste de Scheffé, verificou-se que as diferenças significativas se registaram entre os especialistas em Direito e os grupos com níveis de especialização mais baixos, ou seja, iniciados e leigos, com os primeiros a considerarem ter havido uma menor

TABELA 13
Análise de variância da gravidade, premeditação, intenção e responsabilidade segundo o nível de especialização X a descrição do caso

		F	p
GRAVIDADE	Grupo	2.16	.12
	Caso	.60	.61
	Interação	.81	.56
PREMEDITAÇÃO	Grupo	7.84	.00
	Caso	.54	.66
	Interação	.40	.88
INTENÇÃO	Grupo	2.37	.10
	Caso	.11	.95
	Interação	.25	.996
RESPONSABILIDADE	Grupo	1.06	.35
	Caso	.59	.62
	Interação	1.66	1.13

premeditação do acto do que os restantes ($M=2.13$, $d.p.=.98$; $M=3.06$, $d.p.=1.31$; $M=2.83$, $d.p.=1.04$, respectivamente).

Quanto às restantes dimensões, os sujeitos tenderam a considerar o acto muito grave ($M=4.47$, $d.p.=.81$) e a arguida muito responsável por ele ($M=4.59$, $d.p.=.77$), tendo considerado que ela o executou com intenção ($M=3.50$, $d.p.=1.05$).

5.4. O Teste de Hipóteses sobre a Premeditação e a Intenção

5.4.1. O Formato das Questões sobre a Premeditação

A análise dos resultados obtidos a partir do teste t de Student aplicado às categorias de questões formuladas pelos sujeitos acerca da premeditação da arguida revela as questões irrelevantes como sendo as que apresentam uma média de referência significativamente superior à das restantes ($M=2.07$, $d.p.=1.60$), seguidas das questões abertas ($M=.47$, $d.p.=.71$). A média das questões confirmatórias (categoria 1: $M=.30$, $d.p.=.61$) não difere significativamente da média das questões infirmativas (categoria 2: $M=.29$, $d.p.=.69$).

A análise de variância efectuada não revelou quaisquer efeitos principais nem de interação

TABELA 14
Médias e desvios-padrão das questões sobre a premeditação

	Média	d.p.
CATEGORIA 1	.30	.61
CATEGORIA 2	.29	.69
CATEGORIA 3	.02	.15
CATEGORIA 4	.47	.71
CATEGORIA 5	2.07	1.60

Categoria 1=confirmatórias
 Categoria 2=infirmativas
 Categoria 3=bidireccionais
 Categoria 4=abertas
 Categoria 5=irrelevantes

TABELA 15
Teste t de Student para as questões sobre a premeditação

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3	CATEG 4	CATEG 5
CATEGORIA 1					
CATEGORIA 2	t=-.16 p=.87				
CATEGORIA 3	t=5.77 p=.00	t=4.92 p=.00			
CATEGORIA 4	t=2.27 p=.02	t=2.51 p=.01	t=8.18 p=.00		
CATEGORIA 5	t=12.71 p=.00	t=12.08 p=.00	t=16.45 p=.00	t=11.37 p=.00	

Categoria 1=confirmatórias
 Categoria 2=infirmativas
 Categoria 3=bidireccionais
 Categoria 4=abertas
 Categoria 5=irrelevantes

significativos, tal como consta da Tabela 16, indo ao encontro da hipótese 1.9.

5.4.2. O Formato das Questões sobre a Intenção

A consulta das Tabelas 17 e 18 permite concluir que, tal como para o teste de hipóteses acerca da premeditação, também as questões significativamente mais formuladas pelos sujeitos na procura de informação acerca da intenção da arguida em cometer o acto foram as irrelevantes (M=1.30, d.p.=1.38). Seguem-se-lhes as ques-

TABELA 16
Análise de variância das questões sobre a premeditação segundo o nível de especialização X a descrição do caso

		F	p
CATEGORIA 1	Grupo	2.31	.10
	Caso	2.21	.09
	Interacção	.59	.74
CATEGORIA 2	Grupo	.92	.40
	Caso	.25	.86
	Interacção	.68	.67
CATEGORIA 3	Grupo	.77	.46
	Caso	2.18	.09
	Interacção	.57	.75
CATEGORIA 4	Grupo	.56	.57
	Caso	.97	.40
	Interacção	.19	.98
CATEGORIA 5	Grupo	2.40	.09
	Caso	.70	.55
	Interacção	.42	.87

Categoria 1 = confirmatórias
 Categoria 2 = infirmativas
 Categoria 3 = bidireccionais
 Categoria 4 = abertas
 Categoria 5 = irrelevantes

TABELA 17
Médias e desvios-padrão das questões sobre a intenção

	Média	d.p.
CATEGORIA 1	.55	.80
CATEGORIA 2	.15	.45
CATEGORIA 3	.06	.26
CATEGORIA 4	.51	.77
CATEGORIA 5	1.30	1.38
CATEGORIA 6	.09	.32
CATEGORIA 7	.02	.13

Categoria 1=confirmatórias
 Categoria 2=infirmativas
 Categoria 3=bidireccionais
 Categoria 4=abertas
 Categoria 5=irrelevantes
 Categoria 6=enviesadas sobre a intenção
 Categoria 7=enviesadas sobre a não intenção

TABELA 18
Teste t de Student para as questões sobre a intenção

	CATEG 1	CATEG 2	CATEG 3	CATEG 4	CATEG 5	CATEG 6	CATEG 7
CATEGORIA 1							
CATEGORIA 2	t=5.38 p=.00						
CATEGORIA 3	t=7.42 p=.00	t=2.34 p=.02					
CATEGORIA 4	t=.47 p=.64	t=5.15 p=.00	t=6.92 p=.00				
CATEGORIA 5	t=5.58 p=.00	t=10.38 p=.00	t=11.27 p=.00	t=6.49 p=.00			
CATEGORIA 6	t=6.72 p=.00	t=1.46 p=.15	t=.90 p=.37	t=6.33 p=.00	t=10.71 p=.00		
CATEGORIA 7	t=8.48 p=.00	t=3.73 p=.00	t=1.82 p=.07	t=8.11 p=.00	t=12.01 p=.00	t=2.60 p=.01	

Categoria 1=confirmatórias Categoria 2=infirmativas Categoria 3=bidireccionais Categoria 4=abertas
 Categoria 5=irrelevantes Categoria 6=enviesadas sobre a intenção Categoria 7=enviesadas sobre a não intenção

tões confirmatórias (M=.55, d.p.=.80) e as abertas (M=.51, d.p.=.77), cujas médias de referência não diferem significativamente entre si (t=.47, p=.64).

A análise de variância revelou um efeito principal do nível de especialização sobre o número de questões abertas (F(2,157)=13.86, p=.00) e irrelevantes (F(2,157)=3.94, p=.02), bem como do caso relatado sobre estas últimas (F(3,157)=4.67, p=.00). Não se verificaram efeitos de interação significativos (Tabela 19).

Contudo, o teste de Scheffé realizado posteriormente apenas sustentou o primeiro e o último destes três efeitos principais. Assim, os especialistas formularam um maior número de questões abertas acerca da intenção da arguida em cometer o acto (M=1.02, d.p.=1.02) do que os iniciados (M=.29, d.p.=.58) e os leigos (M=.36, d.p.=.56), resultados que infirmam a hipótese 1.10. Por outro lado, os sujeitos que tiveram acesso ao caso em que a arguida foi descrita como sendo de estatuto social superior e como possuindo traços de personalidade desfavoráveis, formularam um maior número de questões irrelevantes (M=.90, d.p.=1.53) do que aqueles que tiveram acesso ao caso em que, embora pertencendo ao mesmo estatuto social, a arguida não foi descrita

TABELA 19
Análise de variância das questões sobre a intenção segundo o nível de especialização X a descrição do caso

		F	p
CATEGORIA 1	Grupo	2.95	.06
	Caso	1.87	.14
	Interação	.68	.67
CATEGORIA 2	Grupo	.02	.98
	Caso	.90	.45
	Interação	.93	.48
CATEGORIA 3	Grupo	.47	.63
	Caso	1.22	.30
	Interação	.83	.55
CATEGORIA 4	Grupo	13.86	.00
	Caso	.86	.46
	Interação	2.18	.05
CATEGORIA 5	Grupo	3.94	.02
	Caso	4.67	.00
	Interação	.93	.48
CATEGORIA 6	Grupo	.41	.66
	Caso	.56	.64
	Interação	.70	.65
CATEGORIA 7	Grupo	2.16	.12
	Caso	.78	.51
	Interação	.92	.48

Categoria 1 = confirmatórias
 Categoria 2 = infirmativas
 Categoria 3 = bidireccionais
 Categoria 4 = abertas
 Categoria 5 = irrelevantes
 Categoria 6 = enviesadas sobre a intenção
 Categoria 7 = enviesadas sobre a não intenção

em termos da sua personalidade (M=1.88, d.p.=1.53).

5.4.3. O Número de Questões Formuladas

A consulta da Tabela 20 permite concluir sobre a existência de diferenças significativas quanto ao número de questões formuladas apenas acerca da intenção. Estas diferenças existem tanto entre os três níveis de especialização ($F(2,157)=12.70, p=.00$), como entre os sujeitos que tiveram acesso a casos diferentes ($F(3,157)=5.27, p=.02$).

Assim, e de acordo com o teste de Scheffé realizado *a posteriori*, verifica-se que os especialistas se diferenciam dos leigos e dos iniciados por terem formulado um maior número de questões acerca da intenção que a arguida haveria tido em cometer o crime (M=3.66, d.p.=2.06; M=2.25, d.p.=.98; M=2.47, d.p.=1.44, respectivamente), contrariando, novamente, a hipótese 1.10.

A diferença respeitante à descrição do caso resulta, de acordo com o mesmo teste, da formulação de um menor número total de questões sobre a intenção por parte dos sujeitos que tiveram acesso a uma descrição do caso em que a arguida foi apresentada como sendo de estatuto social baixo e em que a sua personalidade foi descrita desfavoravelmente relativamente aos sujeitos a quem a arguida foi apresentada como pertencendo ao mesmo estatuto social mas em que não foi feita qualquer alusão à sua personalidade (M=2.13, d.p.=1.62 e M=3.31, d.p.=1.72, respectivamente).

TABELA 20
Análise de variância do número de questões sobre a intenção segundo o nível de especialização X a descrição do caso

		F	P
PREMEDITAÇÃO	Grupo	2.57	.08
	Caso	.83	.48
	Interação	.39	.89
INTENÇÃO	Grupo	12.70	.00
	Caso	5.27	.02
	Interação	1.13	.35

5.5. O Quadro Penal Utilizado e a Sentença e Pena Proferidas

Para testar as hipóteses 1.11, 1.12, 1.13, 4, 5 e 6 utilizou-se o teste do Qui-quadrado e a análise de variância.

No que respeita à sentença proferida, não se verificaram quaisquer diferenças significativas, tendo-se sustentado a hipótese 1.11 e infirmado a hipótese 4. Tal como ilustra a Tabela 21, os três grupos consideraram, na maior parte das situações, a arguida culpada (Caso 2: $X^2(2, N=38)=3.31, p=.19$; Caso 3: $X^2(2, N=42)=2.54, p=.28$; Caso 4: $X^2(2, N=42)=4.35, p=.11$).

Ao nível da utilização dos dois quadros penais disponibilizados, apenas se verificou uma diferença entre os três níveis de especialização para o caso em que a arguida foi apresentada como sendo de estatuto social elevado, sem que tenha sido feita alusão à sua personalidade desfavorável (Caso 1: $X^2(2, N=31)=.74, p=.69$; Caso 2: $X^2(2, N=34)=4.33, p=.11$; Caso 3: $X^2(2, N=38)=3.76, p=.15$; Caso 4: $X^2(2, N=38)=6.87, p=.03$). Os especialistas utilizaram mais o artigo 153.º (85.7%), o contrário tendo sucedido com os leigos e com os iniciados, os quais se socorreram, preferencialmente, do artigo 154.º (65% e 72.7%, respectivamente). Infirmou-se, assim, a hipótese 1.12, parcialmente, e a hipótese 5.

Finalmente, os leigos e os iniciados proferiram, mais vezes, uma pena de prisão para a arguida de estatuto socioeconómico baixo e com uma personalidade desfavorável do que os especialistas (100% para 40%) (Caso 1: $X^2(2, N=33)=18.48, p=.00$; Caso 2: $X^2(2, N=37)=2.00, p=.37$), resultados que contrariam, ainda que não na totalidade, as hipóteses 1.13 e 6.

Não se encontraram efeitos principais nem de interação significativos para a duração desta pena (Tabela 22). Os sujeitos propuseram, em média, uma pena de prisão mínima de 19 meses (M=19.22, d.p.=14.17) e uma pena máxima de 22 meses (M=21.92, d.p.=14.93).

5.6. A Confiança no Veredicto

Ao nível da confiança manifestada pelos sujeitos relativamente ao seu veredicto não se encontraram, contrariamente ao esperado (hipótese 3), efeitos principais nem de interação significativos (Tabela 23). Os sujeitos tenderam a sen-

TABELA 21

Frequência da sentença, do quadro penal e da pena de prisão segundo o nível de especialização e a descrição do caso

	SENTENÇA	Leigos		Iniciados		Especialistas	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
CASO 1	Culpada	17	100.0	12	100.0	12	100.0
	Inocente	0	.0	0	.0	0	.0
CASO 2	Culpada	19	100.0	8	88.9	10	100.0
	Inocente	0	.0	1	11.1	0	.0
CASO 3	Culpada	17	89.5	14	100.0	9	100.0
	Inocente	2	10.5	0	.0	0	.0
CASO 4	Culpada	21	100.0	13	100.0	7	87.5
	Inocente	0	.0	0	.0	1	12.5
QUADRO PENAL							
CASO 1	Artigo 153.º	7	41.2	5	50.0	1	25.0
	Artigo 154.º	10	58.8	5	50.0	3	75.0
CASO 2	Artigo 153.º	5	33.3	3	37.5	8	72.7
	Artigo 154.º	10	66.7	5	62.5	3	27.3
CASO 3	Artigo 153.º	10	62.5	5	35.7	6	75.0
	Artigo 154.º	6	37.5	9	64.3	2	25.0
CASO 4	Artigo 153.º	7	35.0	3	27.3	6	85.7
	Artigo 154.º	13	65.0	8	72.7	1	14.3
PRISÃO							
CASO 1	Sim	17	100.0	11	100.0	2	40.0
	Não	0	.0	0	.0	3	60.0
CASO 2	Sim	17	89.5	8	100.0	10	100.0
	Não	2	10.5	0	.0	0	.0
CASO 3	Sim	17	100.0	14	100.0	7	100.0
	Não	0	.0	0	.0	0	.0
Caso 4	Sim	20	100.0	13	100.0	8	100.0
	Não	0	.0	0	.0	0	.0

Caso 1 = Arguida de estatuto baixo e com personalidade desfavorável

Caso 2 = Arguida de estatuto baixo e sem alusão à sua personalidade

Caso 3 = Arguida de estatuto elevado e com personalidade desfavorável

Caso 4 = Arguida de estatuto elevado e sem alusão à sua personalidade

TABELA 22
Análise de variância da duração da pena de prisão segundo o nível de especialização X a descrição do caso

		F	p
PENA MÍNIMA	Grupo	1.73	.18
	Caso	1.09	.36
	Interação	.71	.64
PENA MÁXIMA	Grupo	2.36	.09
	Caso	1.04	.38
	Interação	.53	.78

TABELA 23
Análise de variância da confiança segundo o nível de especialização X a descrição do caso

		F	p
Grupo		.68	.51
Caso		1.25	.29
Interação		1.94	.08

tir-se seguros ($M=3.69$, $d.p.=1.12$). Também não se observaram quaisquer efeitos de interação.

6. DISCUSSÃO

O presente estudo pretendeu analisar a influência do estatuto social dos arguidos, da alusão à sua personalidade na descrição dos crimes e do nível de especialização em Direito sobre estruturas e processos cognitivos inerentes ao julgamento de um caso de maus tratos físicos infligidos a um menor por sua mãe.

A manipulação do estatuto social da arguida no auto do crime (elevado *versus* baixo) em nada afectou os resultados obtidos.

A alusão à sua personalidade produziu, somente, um efeito sobre a forma como os sujeitos testaram as suas hipóteses acerca da intenção da arguida em cometer o crime. De facto, foram formuladas menos questões acerca da intenção pelos sujeitos que tiveram acesso ao caso em que a arguida foi descrita como sendo de estatuto social baixo e em que se referenciou a sua personalidade desfavorável relativamente aos sujeitos que tiveram acesso a uma descrição da arguida

como pertencendo ao mesmo estatuto social mas em que nada foi dito em termos da sua personalidade. Tal poderá decorrer de uma distorção de negatividade (*e.g.*, Anderson, 1965; Hamilton & Zanna, 1972; Van der Pligt & Eiser, 1980) provocada pela alusão à personalidade desfavorável da arguida a qual, no caso da de estatuto social baixo, pareceu ter-se tornado mais diagnóstica para os sujeitos, talvez por traduzir mais informação negativa (*e.g.*, Fiske, 1980; Jones & Davis, 1965).

Tendo em conta que outros estudos realizados no âmbito do teste de hipóteses revelaram, igualmente, distorções desta natureza provocadas pela descrição dos traços de personalidade dos sujeitos-alvo (*e.g.*, Yzerbyt & Leyens, 1991, Martins, 1995), parece ser desaconselhável aludir à personalidade dos arguidos nos autos dos crimes.

Em termos do grau de especialização dos sujeitos, foram encontradas diferenças ao nível das suas teorias implícitas sobre os maus tratos a menores, da impressão por si formada acerca da arguida, da avaliação da premeditação e do teste de hipóteses sobre a intenção.

No que respeita às teorias implícitas sobre este tipo de crime, as divergências respeitam, precisamente, às categorias globalmente mais mencionadas. De facto, os leigos diferiram, por um lado, dos iniciados ao terem associado um maior número de características desfavoráveis a uma mãe maltratante e, por outro, dos especialistas por terem referido menos características e estados perturbadores do seu equilíbrio. Também no que respeita às teorias implícitas acerca dos factores etiológicos os leigos aludiram menos a esta categoria do que os especialistas ao apontarem as causas que considerassem subjazerem a prática dos maus tratos.

Ao nível da percepção da frequência deste tipo de casos na comunidade encontraram-se diferenças, desta vez entre os especialistas e os iniciados. Curiosamente, sabendo-se que o número alargado de situações que fazem parte das estatísticas correspondem a uma «ponta do iceberg» (*e.g.*, Lenoir-Demougois, 1981), a ocorrência percebida pelos especialistas foi inferior à percebida pelos iniciados: enquanto os primeiros as consideraram frequentes estes últimos assinalaram-nas como sendo muito frequentes.

A diferença encontrada entre leigos e especialistas na referência às características e estados

perturbadores na descrição de uma mãe maltratante e das causas do acto manifestou-se, novamente, na impressão formada acerca da arguida. Mais uma vez, os leigos aludiram menos a esta categoria do que os especialistas.

Relativamente à premeditação, os especialistas fizeram uma menor atribuição do que os iniciados e os leigos, avaliação que, contudo, não produziu diferenças em termos da sentença e pena proferidas.

No que se refere às estratégias de teste de hipóteses adoptadas podem assinalar-se duas conclusões distintas. Por um lado, os resultados encontrados no presente estudo vão ao encontro daqueles que tem abonado a favor das estratégias diagnósticas (e.g., Trope & Bassok, 1982; Trope, Bassok & Alon, 1984), no caso do teste da premeditação e dos que encontraram estratégias mistas (e.g., Devine et al, 1990), no caso do teste da intenção. Ao procurarem informação para saberem se a arguida havia premeditado o acto, os sujeitos formularam mais questões abertas, enquanto que ao procurarem informação acerca da intenção os sujeitos formularam tantas questões confirmatórias como abertas.

Por outro lado, o grupo dos especialistas revelou-se mais preocupado com a diagnosticidade ao testar as suas hipóteses sobre a intenção do que o dos iniciados e o dos leigos, tendo formulado um maior número de questões abertas.

Ainda no que concerne às estratégias de procura de informação, mas tendo em conta o número de questões formuladas, os resultados suportam os encontrados para o seu formato, na medida em que, apesar de no teste de hipóteses sobre a premeditação os três grupos não terem apresentado diferenças significativas entre si, ao testarem as hipóteses sobre a intenção os especialistas formularam um maior número de questões do que os leigos e os iniciados. Tal poderá dever-se ao facto de este grupo considerar a intenção como aspecto fundamental para o julgamento deste caso concreto.

Já no que respeita à percepção da gravidade do acto, à atribuição de intenção e de responsabilidade à arguida, à escolha do quadro penal, à sentença e pena proferidas e à confiança no veredicto, encontraram-se semelhanças entre os três grupos de sujeitos, os quais a avaliaram de uma forma severa em torno daquelas dimensões, tendo-se manifestado seguros do seu julgamento.

Em termos gerais, é, então, possível afirmar que, tal como é usual nos domínios sociais (e.g., Chapman & Chapman, 1969; Eiser, O'Looney & Harding, 1987; Fiske, Kinder & Larter, 1983), e no caso concreto do julgamento jurídico (e.g., Sousa, 1992; Sousa, Martins & Fonseca, 1993), o desempenho de leigos, iniciados e especialistas em Direito se apresentou semelhante. Os pontos de discordância revelaram uma maior brandura por parte destes últimos, facto que poderá ser interpretado à luz da relação entre complexidade e extremismo proposta por Linville (1982).

Assim, parece que a já focada convergência de perspectivas entre especialistas e não especialistas acerca desta problemática (Sousa, 1992; Sousa, Martins & Fonseca, 1993) foi, uma vez mais, sustentada, podendo encarar-se os especialistas em Direito como um «... corpo de técnicos que expressa os valores da comunidade que serve» (Sousa, 1992, p. 45).

No entanto, ao contrário das investigações referidas, o presente estudo não reforça a preocupação por aquelas suscitadas quanto à desigualdade do julgamento dos cidadãos decorrente do respectivo estatuto social. Tal facto poderá dever-se à crescente consciencialização de que este tipo de crimes ocorre, afinal, em famílias dos mais variados estratos sociais e/ou a factores relacionados com um caso que, embora sendo da mesma natureza, foi descrito de uma forma diferente, podendo ter suscitado uma maior gravidade, «imune» ao estatuto social de quem o praticou e determinante do extremismo de todo o julgamento subsequente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, N. (1965). Primacy effects in personality impression formation using a generalized order effect paradigm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 2, 1-9.
- Bateson, A., Ralph, A., & Murphy, M. (1987). Cognitive processing differences between novice and expert computer programmers. *International Journal of Man-Machine Studies*, 26, 649-660.
- Chapman, L. & Chapman J. (1969). Illusory correlation as an obstacle to the use of valid psychodiagnostic signs. *Journal of Abnormal Psychology*, 74 (3), 271-280.
- Crow, W. (1957). The effect of training upon accuracy and variability in interpersonal perception. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 55, 355-359.

- Dawson, V., Zeitz, C., & Wright, J. (1989). Expert-Novice differences in person perception: Evidence of experts' sensitivities to the organizations of behavior. *Social Cognition*, 7 (1), 1-30.
- Devine, P., Hirt, E., & Gehrke, E. (1990). Diagnostic and confirmation strategies in trait hypothesis testing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 952-963.
- Eiser, J., O'Looney, B., & Harding, C. (1987). «Lay» and «scientific» conceptions of coronary-prone behaviour. *Social Behaviour*, 2, 197-209.
- Ericsson, K., & Smith, J. (1991). *Toward a general theory of expertise*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fiske, S. (1980). Attention and weight in person perception: The impact of negative and extreme behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 889-906.
- Fiske, S., Kinder, D., & Larter, W. (1983). The novice and the Knowledge-based strategies in political cognition. *Journal of Experimental Social Psychology*, 19, 381-400.
- Gerbasí, K., Zuckerman, M., & Reis, H. (1977). Justice needs a new blindfold: A review of mock jury research. *Psychological Bulletin*, 84, 323-345.
- Hamilton, D., & Zanna, M. (1972). Differential weighting of favorable and unfavorable attributes in impression of personality. *Journal of Experimental Research in Personality*, 6, 204-212.
- Jemmott III, J., Croyle, R., & Ditto, P. (1988). Commonsense epidemiology: Self-based judgments from laypersons and physicians. *Health Psychology*, 7 (1), 55-73.
- Jones, E., & Davis, K. (1965). From acts to dispositions. The attribution process in person perception. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (vol. 2, pp. 219-266). New York: Academic Press.
- Lenoir-Demougois, V. (1981). The manifestations and definitions of ill-treatment. *Collected Studies in Criminological Research*, 18, 7-45.
- Linville, P. (1982). The complexity-extremity effect and agebased stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42 (2), 193-211.
- Macrae, C., & Shepherd, J. (1989). Do criminal stereotypes mediate juridic judgements? *British Journal of Social Psychology*, 28, 189-191.
- Martins, A. (1995). *A influência da informação acerca dos candidatos sobre o desempenho de leigos, iniciados e especialistas em selecção de pessoal*. Tese de Mestrado em Comportamento Organizacional, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- McGovern, T., Jones, B., & Morris, S. (1979). Comparison of professional versus student ratings of job interviewee behavior. *Journal of Counseling Psychology*, 26 (2), 176-179.
- McKeithen, K., Reitman, J., Rueter, H., & Hirtle, S. (1981). Knowledge organization and skill differences in computer programmers. *Cognitive Psychology*, 13, 307-325.
- Patel, V., & Groen, G. (1991). The general and specific nature of medical expertise: A critical look. In K. A. Ericsson & J. Smith (Eds.), *Toward a general theory or expertise* (cap. 4, pp. 93-125). Cambridge: Cambridge University Press.
- Reitman, J. (1976). Skilled perception in go: Deducing memory structures from inter-response times. *Cognitive Psychology*, 8, 336-356.
- Rosenberg, S., & Sedlak (1972). Structural representations of implicit personality theory. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, (vol. 6, pp. 275-297). New York: Academic Press.
- Semin, G., & krahe, B. (1987). Lay conceptions of personality: eliciting tiers of a scientific conception of personality. *European Journal of Social Psychology*, 17, 199-209.
- Semin, G., Rosch, E., & Chassein, J. (1981). A comparison of the common-sense and «scientific» conceptions of extroversion-introversion. *European Journal of Social Psychology*, 11, 77-86.
- Shanteau, J. (1992). Competence in experts: The role of task characteristics. *Organizational Behavior and Human Decision*, 53, 252-266.
- Snyder, M., & Swann, W. Jr. (1978). Hypothesis-testing processes in social interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 1202-1212.
- Sousa, E. (1990). *Lay versus scientific explanations: An accurate dichotomy or the value of implicit theories?* Paper prepared for the Small Group Meeting on Implicit Personality Theories. Louvain-la-Neuve.
- Sousa, E. (1992). O tratamento da informação na sentença judicial. O caso das crianças maltratadas. *Sociologia*, 12, 41-55.
- Sousa, E., Martins, A., & Fonseca, A. (1993). A construção social dos maus tratos (I). *Análise Psicológica*, 11 (1), 75-86.
- Sousa, E., Mateus, F., & Lopes, P. (1993). Decisões em matéria penal: O caso da violação e o peso de variáveis extralegais. *Sociologia*, 14, 141-157.
- Trope, Y., & Bassok, M. (1982). Confirmatory and diagnosing strategies in social information gathering. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43, 22-34.
- Trope, Y., Bassok, M., & Alon, E. (1984). The questions lay interviewers ask. *Journal of Personality*, 52, 90-106.
- Van der Pligt, J., & Eiser, J. (1980). Negativity and descriptive extremity in impression formation. *European Journal of Psychology*, 10, 415-419.
- Vesterdal, J. (1981). Etiological factors and long-term consequences. *Collected Studies in Criminological Research*, 18, 49-88.

Yzerbyt, V., & Leyens, J.-P. (1991). Requesting information to form an impression: The influence of valence and confirmatory status. *Journal of Experimental Social Psychology*, 27, 337-356.

RESUMO

Este estudo analisa a influência do estatuto social dos arguidos, da alusão à sua personalidade na descrição dos crimes e do nível de especialização em Direito sobre o julgamento de um caso de maus tratos físicos infligidos a um menor por sua mãe. Contrariamente a estudos anteriores, os resultados não evidenciaram quaisquer efeitos significativos do estatuto social da arguida sobre o julgamento do crime por si cometido. A alusão à sua personalidade desfavorável levou os sujeitos a, no caso da arguida de estatuto social baixo, colocarem um menor número de questões acerca da sua intenção ao executar o acto, facto interpretado a luz da distorção de negatividade. Em termos gerais, encontraram-se semelhanças entre os três níveis de especialização abordados, aspecto que abona a favor da convergência de perspectivas entre especialistas

e não especialistas acerca desta problemática, tal como já evidenciado por outros trabalhos.

Palavras-chave: Psicologia legal, especialização, maus tratos a menores.

ABSTRACT

This study analyses the influence of the defendants' social status, of the allusion to the personality in the crimes' descriptions, and of the level of expertise in Law on the judgment of child physical abuse. Contrarily to previous studies, results didn't show no significant effects of the defendant's social status on the crime's judgment. The allusion to her desfavorable personality lead the subjects to formulate a fewer number of questions about her intention in the case where the defendant was of low social status, fact interpreted in the light of the negativity bias. In general, there were found similarities between the three levels of expertise, wich go in favour of the convergence of perspectives between experts and non experts about this problematic, as showed by other works.

Key words: Legal psychology, expertise, child abuse.